

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA NA
EDUCAÇÃO BÁSICA

Juliana Carmelita Teixeira de Magalhães Nolasco

**DESAFIOS NA APLICAÇÃO DA LEI 10.639/03 E ALTERNATIVAS PARA A SUA
IMPLEMENTAÇÃO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

Belo Horizonte

2019

Juliana Carmelita Teixeira de Magalhães Nolasco

**DESAFIOS NA APLICAÇÃO DA LEI 10.639/03 E ALTERNATIVAS PARA A SUA
IMPLEMENTAÇÃO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Processos de Aprendizagem e Ensino na Educação Básica, pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador(a): Professor Mestre Gilmar Moura da Silva

Belo Horizonte

2019

N789 TCC Nolasco, Juliana Carmelita Teixeira de Magalhães, 1982 -
Desafios na aplicação da Lei 10.639/03 e alternativas para a sua
implementação em uma escola municipal de Belo Horizonte
[manuscrito] / Juliana Carmelita Teixeira de Magalhães Nolasco. - Belo
Horizonte, 2019.
53 f.: il.

Orientador: Gilmar Moura da Silva.

Trabalho de conclusão de curso – (Especialização) - Universidade
Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Inclui bibliografia, apêndices e anexos.

1. Lei 10.639/03. 2. África – História. 3. África – vida e costumes
sociais. 4. Racismo. 5. Programa de ação afirmativa. 6. Educação –
Finalidades e objetivos. 7. Ensino – Legislação. 8. Educação
intercultural.

I. Silva, Gilmar Moura. II. Universidade Federal de Minas
Gerais. Faculdade de Educação. III. Título.

CDD: 960

Catálogo na Fonte¹ : Biblioteca da FaE/UFMG
Bibliotecária²: Carmen Lúcia de Carvalho Ramos CRB/6- 2566

(Atenção: É proibida a alteração no conteúdo, na forma
e na diagramação gráfica da ficha catalográfica³.)

*Ficha catalográfica elaborada com base nas informações fornecidas pela autora, sem a presença do trabalho físico completo. A veracidade e correção das informações é de inteira responsabilidade da autora, conforme Art. 299, do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940 - "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita..."

† Conforme resolução do Conselho Federal de Biblioteconomia nº 184 de 29 de setembro de 2017, Art. 3º - "É obrigatório que conste o número de registro no CRB do bibliotecário abaixo das fichas catalográficas de publicações de quaisquer natureza e trabalhos acadêmicos".

‡ Conforme Art. 297, do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940: "Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro..."



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Curso de Especialização em Formação de Educadores para
Educação Básica

**ATA DE DEFESA DO SEXCENTÉSIMO QUADRAGÉSIMO SÉTIMO TRABALHO FINAL DO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA EDUCAÇÃO BÁSICA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO PROCESSOS DE APRENDIZAGEM E ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, realizou-se, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, a apresentação do trabalho final de conclusão do Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica – com o título “Desafios para a aplicação da Lei 10.639/03 e alternativas para a implementação em uma Escola Municipal de Belo Horizonte”, do(a) aluno(a) **Juliana Carmelita Teixeira de Magalhães Nolasco**. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Gilmar Moura da Silva (orientador) e Virgínia Souza Oliveira. Os trabalhos iniciaram-se às 8h, atendendo a uma escala de apresentações definida pelo(a) orientador(a). Após a apresentação oral do trabalho, a banca examinadora fez uma arguição ao aluno(a). A banca se reuniu, em seguida, sem a presença do(a) aluno(a) e do público, para fazer a avaliação final. Em conclusão, a banca examinadora considerou o trabalho Aprovado, atribuindo-lhe a nota 94,0, conceito A. O resultado final do trabalho foi comunicado ao aluno(a), que deverá encaminhar à Secretaria do curso a versão final em meio digital para (laseb@fae.ufmg.br) e submeter o trabalho salvo em formato PDF/A de acordo com as orientações da Biblioteca universitária da UFMG, Repositório Institucional (www.repositorio.ufmg.br). Nada mais havendo a tratar, eu, Ana Maria de Castro Rocha, secretária do colegiado do curso, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada e pelos demais membros presentes. Belo Horizonte 07 de dezembro de 2019.

Aluno(a) Juliana Carmelita T. Magalhães Nolasco
Juliana Carmelita Teixeira de Magalhães Nolasco

Registro na UFMG: 2018748976

Gilmar Moura da Silva
Gilmar Moura da Silva
Professor(a) Orientador(a)

Virgínia Souza Oliveira
Virgínia Souza Oliveira
Professor(a) Convidado(a)/avaliador(a)

Ana Maria de Castro Rocha
Ana Maria de Castro Rocha
Secretária do Colegiado de Curso de Especialização
Em Formação de Educadores para Educação Básica

Aos meus pais, irmãs, marido e filho com
carinho.

AGRADECIMENTOS

Sou grata primeiramente a Deus, pois sua luz me indicou o caminho certo e me deu forças para prosseguir.

Aos meus pais, Maria das Graças e Ademar, pelas orações, carinho, atenção e apoio que sempre me deram.

À minhas irmãs, Ana Paula e Camila, por estarem sempre ao meu lado e me servindo de inspiração rumo a cada conquista.

Ao meu marido, Rômulo, que acima de tudo é um grande amigo, sempre presente nos momentos difíceis com uma palavra de incentivo.

Ao meu filho, Daniel, que apesar de ser tão pequeno, compreendeu as várias horas que estive ausente para estudar e também por me ensinar a ter alegria na vida.

Ao meu orientador, Gilmar Moura da Silva que, apesar da intensa rotina de sua vida acadêmica, me ajudou com suas valiosas contribuições a concluir este trabalho.

Às minhas amigas de curso, Conceição, Elisa, Ione e Soraya, pelas trocas de ideias e ajuda mútua. Juntas conseguimos avançar e ultrapassar todos os obstáculos.

Sou grata a todos os professores do curso de especialização, por transmitirem seus conhecimentos com muito profissionalismo e carinho.

RESUMO

A Lei 10.639/03 é fundamental para garantir a ampliação sobre o conhecimento da África e sua influência na construção história e cultural brasileira. Porém, o desconhecimento dessa lei e a forma de aplicá-la, tem dificultado a sua efetivação. O presente trabalho teve como objetivo identificar os desafios para a implementação dessa lei na escola pesquisada. Buscou-se propor alternativas para ampliar as possibilidades de aplicação da lei no cotidiano escolar. Os sujeitos do estudo foram os docentes da instituição, com os quais aplicou-se um questionário e também realizou-se um grupo focal. Com os discentes do 1º ano do 3º ciclo (7º ano), desenvolveu-se o projeto “África: continente dos grandes reinos e impérios”. Ao se trabalhar a história da África, foi possível contribuir para desconstrução do imaginário negativo e afirmação de uma visão positiva sobre o continente e os afrodescendentes. Refletir sobre o pertencimento étnico-racial entre os alunos e fomentar ações de combate ao racismo, foi outro ganho significativo do projeto. Por fim, percebeu-se que o sucesso das políticas afirmativas, como a da lei 10.639/03, depende, necessariamente, do engajamento dos atores sociais envolvidos no processo na escola, além de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas.

Palavras-chave: Lei 10.639/03; Desafios de implementação; História da África.

ABSTRACT

Law 10.639/03 is fundamental to ensure the expansion of knowledge of Africa and its influence on the construction of Brazilian history and culture. However, the lack of knowledge of this law and the way to apply it has hindered its implementation. The present work aimed to identify the challenges for the implementation of this law in the researched school. Alternatives were recommended to broaden the possibilities of law enforcement in daily school life. The study subjects were the faculty of the institution, with which a questionnaire was applied, and a focus group was also conducted. With the students of the 1st year of the 3rd cycle (7th grade), the project "Africa: continent of the great kingdoms and empires" was developed. By working on the history of Africa, it was possible to contribute to the deconstruction of the negative imaginary and the affirmation of a positive vision of the continent and African descendants. Reflecting on ethnic-racial belonging among students and fostering action to combat racism was another significant gain of the project. Finally, it was realized that the success of affirmative policies, such as Law 10.639/ 03, necessarily depends on the engagement of social actors involved in the process in school, as well as physical, material, intellectual and affective conditions.

Keywords: Law 10.639/ 03; Implementation challenges; History of Africa.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Questão 1	22
Quadro 2 – Questão 2	23
Quadro 3 – Questão 3	24
Quadro 4 – Questão 4	24
Figura 1 – Percepção inicial sobre a África	33
Figura 1 – Percepção final sobre a África	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
FNB	Frente Negra Brasileira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PEI	Programa Escola Integrada
PPP	Projeto Político Pedagógico
RMEBH	Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
3 METODOLOGIA	18
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	22
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	44
APÊNDICE A - Questionário sobre a Lei 10.639/03	46
APÊNDICE B – Roteiro de Trabalho	47
ANEXO A – Texto “O Chefe Serpente”	49
ANEXO B – Texto “Identidade negra e racismo”	52

1 INTRODUÇÃO

A Lei Federal nº 10.639/03¹, que estabeleceu o ensino da História da África e da Cultura Afro Brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio, foi fruto de uma antiga demanda dos movimentos negros, que lutaram por uma educação que valorizasse a cultura, o patrimônio e a identidade dos mesmos. A partir dela, em 2004, ocorreu a formulação e aprovação pelo Conselho Nacional de Educação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, sendo recentemente ampliada com a inclusão dos conteúdos de história dos povos indígenas do Brasil. Deve-se ressaltar que a Lei 11.645/08² não substitui a anterior, apenas acrescentou novos aspectos e sujeitos históricos.

Desde que foi estabelecida a obrigatoriedade da execução da lei nas escolas, houve uma discussão no seio escolar de como iria acontecer a aplicação da mesma, pois implicaria em mudanças curriculares e reformulações de práticas pedagógicas. Algumas experiências foram realizadas nas escolas, como por exemplo, a inclusão de livros literários com foco na África, nos negros e afrodescendentes, mas, infelizmente, ainda há um longo caminho a ser percorrido, porque, mesmo se passando 16 anos, se veem instituições que não trabalham a temática, e se a faz, muitas vezes a realiza de forma pontual, isolada e inadequada.

A realidade trazida desperta certo incomodo e põe em reflexão quais seriam os desafios de se trabalhar uma educação na perspectiva da Lei 10.639/03 na escola. Por que ela não acontece? Ou se acontece, por que parcialmente e não de modo pleno? Será que seria a falta de conhecimento dos professores acerca da legislação? A falta de material pedagógico? Acomodação dos docentes? Dificuldade em se trabalhar um tema tão abrangente e diverso? Preconceito?

Fato é que há uma necessidade urgente em se pensar ações para driblar os

1 Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 18 set. 2019.

2 Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm>. Acesso em: 18 set. 2019.

obstáculos e possibilitar aos alunos o contato com sua própria história, construindo assim, uma educação antirracista baseada no respeito e na valorização da diferença. O estudo da lei, suas ações e o processo de desenvolvimento do plano de ação na escola onde foi realizado o trabalho, constituíram um desafio, pois o tema é abrangente e requer muita pesquisa, além da sensibilização do corpo docente e discente.

O objetivo principal deste trabalho foi identificar os desafios para a implementação da Lei 10.639/03 na escola pesquisada e propor alternativas para sua aplicação, desdobrando-se em objetivos específicos, tais como elencar os fatores de dificuldade da execução dessa lei, divulgar no âmbito escolar o conhecimento acerca da legislação e trabalhar ações em sala de aula.

Abordar a história africana é muito desafiador, principalmente pela diversidade do assunto, por isso foi decidido fazer um recorte temporal e optar por estudar a África pré-colonial com os alunos. É comum observarmos pesquisas que abordam a história do continente na perspectiva da escravidão e dificilmente anterior a ela, isso quer dizer que, “a narrativa histórica sobre a África pré-colonial vai resultar na informação sobre um povo que teve sua história negada e, portanto, vai permitir ao jovem uma capacidade crítica e reflexiva quanto à sua própria condição de descendente de africano” (LAUREANO, 2008, p 337).

A elaboração do plano de ação, exigência do curso de especialização em andamento, foi realizada com os professores e com os alunos da turma 312. Em conjunto com os docentes, foram identificados os obstáculos para se trabalhar a lei, discutido formas que possibilitassem executá-la, fazendo uma reflexão sobre a importância de se conhecer o tema. Para isso, aplicou-se um questionário, com o intuito de constatar o conhecimento dos docentes acerca do tema, foram realizadas reuniões utilizando a estratégia do grupo focal para trabalhar os objetivos traçados no plano, e por fim, após a realização das práticas propostas, apresentou-se os resultados do trabalho.

Já com os alunos da turma 312, foram desenvolvidas algumas ações para o estudo da África, tais como a explicação da legislação e sua importância, a explanação através de aulas expositivas sobre a história da África pré-colonial, destacando os reinos que ali existiam e sua riqueza, a dramatização de contos africanos, a produção de histórias em quadrinhos e a confecção de um mural na

escola com o resultado do trabalho, que foi exposto no dia 20 de novembro³.

A escrita desse trabalho encontra-se dividido da seguinte forma: na introdução é apresentado um panorama geral do trabalho; no primeiro capítulo, o referencial teórico acerca da Lei 10.639/03, destacando o contexto em que foi criada, sua importância e os entraves para sua efetivação; no segundo capítulo, apresenta-se o perfil da escola, da turma 312 e a metodologia aplicada; no terceiro capítulo, vê-se o percurso do trabalho executado, os resultados colhidos, bem como a percepção e análise acerca do processo. Logo após, coloca-se as considerações finais e por fim, as referências, os anexos e apêndices.

Ressalta-se que este trabalho não se apresenta como um fim em si mesmo, mas sim pode ser o início para uma discussão importante e mais ampla no seio escolar, garantindo aos alunos o direito a uma educação de qualidade, transparente, inclusiva e democrática.

3 Dia da Consciência Negra.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O percurso dos negros na conquista de direitos, em especial na educação, foi marcado por muita luta contra a exclusão e a marginalização. No Brasil colônia, eles não tinham direito algum, pois se encontravam na condição de escravos. Já em 1824, no governo de D. Pedro I, com a promulgação da primeira constituição do país, uma pequena parcela desse grupo foi inserida como cidadã, porém ainda excluindo os negros escravos. Ela assegurava a instrução primária gratuita como direito de todo cidadão brasileiro, incluindo negros livres ou libertos, mas isso não significou de fato sua entrada no mundo da educação, pois muitos foram impedidos de frequentarem os bancos escolares devido aos obstáculos impostos pela sociedade, como a forte discriminação que sofriam.

A abolição da escravatura por meio da Lei Áurea, que teoricamente libertou os negros da escravidão, manteve uma lacuna que inviabilizou a realização concreta da libertação e conquista plena de direitos, como por exemplo, à educação. Após essa data, ocorreu uma significativa mudança nas relações de trabalho, o que não impediu a continuidade da exclusão do negro na sociedade.

Nos primeiros anos após a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, houve um crescimento de associações formadas por afrodescendentes que visavam, entre outras conquistas, o direito à educação, com destaque a Frente Negra Brasileira (FNB), entre os anos de 1931 a 1937. A organização expandiu-se em várias regiões do país, consolidando uma complexa estrutura político-administrativa, como o Departamento de Instrução e o Departamento de Cultura.

Já a partir da década de 1970, com o início da redemocratização política do país, ocorreu o surgimento e a reorganização de movimentos populares, sindicais e estudantis, que até então foram subtraídos pelo regime militar, com destaque para Movimento Negro.

O movimento negro contemporâneo, enquanto movimento social, pode ser compreendido como um sujeito coletivo e político que, juntamente com os outros movimentos sociais, emergiu na década de 70 no cenário brasileiro. Enquanto sujeito político, esse movimento produz discursos, reordena enunciados, nomeia aspirações difusas ou as articula, possibilitando aos indivíduos que dele fazem parte reconhecerem-se nesses novos significados (GOMES, 2011, p. 135).

A emergência do Movimento Negro acentuou o crescimento da luta pela

inserção dos negros na escola e a inclusão de temáticas que representam a sua história nos currículos escolares. Como fruto dessa mobilização, ocorreram mudanças significativas, como a criação da Lei 10.639/03 que possibilitou, ao estabelecer o ensino da História da África e Cultura Afro-Brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio, o acesso ao conhecimento sobre a cultura africana e afro-brasileira, como também sobre a luta e o papel do negro na formação da sociedade brasileira, proporcionando reflexões e discussões sobre racismo, discriminação, preconceito e auxiliando a construção de ações afirmativas.

Deve-se ressaltar que anterior à Lei 10.639/03 já existia a Lei 9394/96⁴ - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que trazia no artigo 26⁵ e 26-A⁶, a discussão que contemplava a diversidade étnica, socioeconômica e cultural em nossa sociedade. Em seguida foram elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), compostos por dez volumes, como diretrizes da política educacional nacional, cuja elaboração contou com a participação de especialistas em educação. Sua aprovação no Conselho Nacional de Educação ocorreu em 1997. Gomes (2011, p. 144) defende que “tais ações no campo da política e, sobretudo, da política educacional, devem ser compreendidas como respostas do Estado às reivindicações do Movimento Negro”.

Com a sanção da Lei 10.639/03, foi redigida a Resolução CNE/CP 1/2004⁷, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, fundamentada no Parecer CNE/CP 3/2004⁸. A lei e as diretrizes compõem um

4 Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96>>. Acesso em: 18 set. 2019.

5 Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/L12796.htm>. Acesso em 18 set. 2019.

6 Art. 26 A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/L12796.htm>. Acesso em 18 set. 2019.

7 Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2019.

8 Parecer nº 3, de 10 de março de 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf>. Acesso em: 18 set. 2019

conjunto de dispositivos legais, considerados como indutores de uma política educacional voltada para a afirmação da diversidade cultural e da concretização de uma educação das relações étnico-raciais nas escolas.

Existem autores que defende a importância da implementação da legislação. Para Felisberto (2006), a obrigatoriedade da lei, somada aos esforços dos educadores e pesquisadores, contribui para uma educação pluriétnica e ajuda no processo de construção de uma autoestima positiva dos alunos afro-brasileiros. A ideia é a de que “a história da África é importante para nos situar no mundo e outras faces de sua história nos revelam partes indispensáveis de nossa própria formação histórica” (PANTOJA, 2004, p. 18). Outros autores também confirmam a importância da Lei 10.639/03:

A aprovação e a paulatina implementação dessa legislação, fruto das pressões sociais e proposições do movimento negro brasileiro, juntamente com os demais aliados da luta antirracista, sinaliza avanços na efetivação de direitos sociais educacionais e implica o reconhecimento da necessidade de superação de imaginários, representações sociais, discursos e práticas racistas na educação escolar. Implica, também, uma postura estatal de intervenção e construção de uma política educacional que leve em consideração a diversidade e que se contrapõe à presença do racismo e de seus efeitos, seja na política educacional mais ampla, na organização e funcionamento da educação escolar, nos currículos da formação inicial e continuada de professores, nas práticas pedagógicas e nas relações sociais na escola. (GOMES; JESUS, 2013, p. 21)

Para Souza (2012), ao se abordar os conteúdos sobre a África na sala de aula, os educadores cumprem com o objetivo de levar os alunos a refletirem sobre a discriminação racial, como também valorizar a diversidade étnica, além de que também gera debates, estimula valores e comportamentos de respeito, solidariedade e tolerância. Ou seja, trabalhar a temática junto aos discentes seria o primeiro passo na trilha da reconstrução de uma face do passado brasileiro que ainda precisa ser desvendada e compreendida.

Apesar do reconhecimento da relevância da Lei 10.639/03 e dos avanços na discussão sobre a História da África e da Cultura Afro-brasileira, ainda existem obstáculos a serem vencidos para sua plena implementação. Segundo Oliva (2004), o despreparo de alguns professores, que não tiveram em sua formação contato com disciplinas específicas acerca da África, seria um desses obstáculos. Outro seria a parcela dos livros didáticos que não reservam um espaço adequado para a temática, além das informações distorcidas e os preconceitos, principalmente os religiosos,

existentes na sociedade, que propagam ideias discriminatórias sobre o continente, se tornando um desafio para a efetivação da legislação.

Reproduzimos em nossas ideias as notícias que circulam pela mídia e que revelam um continente marcado pelas misérias, guerras étnicas, instabilidade política, AIDS, fome e falência econômica. Às imagens e informações que dominam os meios de comunicação, as revistas e livros didáticos se incorporam a tradição racista e preconceituosa de estudos sobre o continente e a discriminação pela qual são submetidos os afrodescendentes (OLIVA, 2004, p. 24).

Felisberto (2006, p. 70), também ressalta os pontos citados por Oliva.

Mas que história será contada e recuperada em sala de aula, se a grande maioria dos professores em atividade não a conhecem? O que fazer diante de uma manutenção sistemática e bem engendrada do sistema educacional brasileiro, em doutrinar um olhar eurocêntrico? Como desconstruir a ideia de uma África atrasada e selvagem?

Para Pantoja (2004), merece destaque o fato da desinformação que leva a um ensino da história da África e sua cultura de forma fragmentada e isolada, dificultando assim o seu entendimento. Corroborando com essa tese, temos a ideia de que “isolar a história da África do resto do mundo [...], equivale a contribuir para a opacidade da própria história dos povos extraafricanos, além de colocar a história dos povos africanos numa situação de inteligibilidade histórica total” (Moore, 2010, p. 153).

Os autores Rocha e Silva (2013), reforçam que a aprovação da lei intensificou a discussão da educação das relações étnico-raciais, entretanto, ainda é necessário ampliar o debate e a preparação pedagógica para efetivar uma educação antirracista. Ressaltam que é fundamental sensibilizar e conscientizar toda a comunidade escolar da mudança na abordagem curricular para que esta se torne interdisciplinar e transversal em todos componentes curriculares, níveis e modalidade de ensino.

A efetivação da Lei 10.639/03 está em construção, sendo ainda um desafio a ser vencido, pois, como é sabido, ainda há desconhecimento deste marco regulatório por parte de gestores públicos e profissionais da educação, que propugna a revisão do currículo escolar referente à referida lei. Além disso, a sociedade brasileira ainda não está plenamente convencida quanto à superação das políticas públicas universalistas e à necessidade para se avançar com as específicas, considerando a politização das diferenças, como uma importante contribuição dos movimentos sociais que colocam como meta a construção de uma coletividade que reconheça e considere os

grupos historicamente discriminados (ROCHA; SILVA, 2013, p.78).

É possível verificar, portanto, que o processo de conquista de direitos dos negros foi marcado por incessantes lutas. A Lei 10.639/03 constitui-se, desse modo, como um grande passo rumo ao resgate da história da África e valorização de sua contribuição para a formação do Brasil, porém, apesar de sua importância, ainda existem desafios a serem vencidos para uma educação na perspectiva da referida lei.

3 METODOLOGIA

A escola a qual se aplicou o plano de ação, base deste trabalho, foi criada pelo Decreto nº 7916/94, de 14 de junho de 1994, com o intuito de atender os alunos do 3º ciclo. A princípio funcionou nos prédios de outras instituições escolares municipais e, em dezembro de 1995, mudou-se para a sede própria, localizada no bairro Letícia, regional Venda Nova, em Belo Horizonte.

A implementação desta instituição de ensino foi fruto de mobilização e reivindicação da comunidade, que exigia uma escola que atendesse aos alunos oriundos do 2º ciclo. A união das lideranças comunitárias culminou com o início do atendimento às turmas em prédios emprestados, uma vez que a sede estava ocupada, provisoriamente, como anexo de outra escola municipal que estava sendo construída no bairro Mantiqueira.

A fundação da escola aconteceu em uma conjuntura de muita efervescência na educação. O Projeto Escola Plural era implantado na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (RMEBH) e acabou por contribuir para a construção do conceito de educação do grupo de professores, refletindo na organização curricular e na elaboração do Projeto Político Pedagógico⁹ (PPP) da escola.

Deve-se destacar que a participação da comunidade marcou a história da escola desde o início de suas atividades. A mudança para o prédio próprio, por exemplo, coincidiu com a aprovação do Estatuto do Colegiado, que é uma instância constituída e atuante na gestão escolar. Também foi criado nos primeiros anos um Grêmio Estudantil, cujos esforços levaram à implantação de um dos primeiros laboratórios de informática da RMEBH.

Atualmente, a instituição funciona em três turnos (manhã, tarde e noite) e atende 625 estudantes, sendo que 500 estão distribuídos em 20 turmas (10 manhã/ 10 tarde) e 125 alunos cursando a Educação de Jovens e Adultos em 5 salas que funcionam na parte da noite. O corpo docente é composto por 40 professores, dois assistentes administrativos educacionais atuando na biblioteca, um na gestão

9 O Projeto Político Pedagógico é um documento elaborado pela comunidade escolar, com os alunos, pais, professores, funcionários e gestores. Nele se encontram os valores e objetivos da instituição e como a escola vai trabalhar para alcançá-los. São considerados todos os âmbitos que compõem o ambiente escolar, como a proposta curricular; diretrizes sobre a formação de professores e para a gestão administrativa. Em suma, o documento funciona como um mapa para que a instituição alcance seu máximo potencial, adequando-se ao contexto no qual está inserida e contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos seus alunos.

financeira, uma secretária e três auxiliares de secretaria. Compõe o quadro ainda 30 funcionários contratados pela Caixa Escolar ou pela Empresa MGS, entre faxineiras, cantineiras, porteiros, vigia, auxiliares de apoio ao educando, monitores do Programa Escola Integrada (PEI), monitora do Programa Saúde na Escola e agentes de informática. Também funciona na escola o PEI, que atende 150 alunos, em uma residência alugada localizada na mesma rua. Os estudantes que frequentam o PEI realizam oficinas de expressão corporal, iniciação musical, artes marciais e reforço escolar.

A instituição atende majoritariamente os estudantes oriundos das escolas municipais do entorno. São adolescentes vindos do 2º ciclo, residentes no bairro Letícia e adjacências, em sua maioria, de classe média a baixa, porém vale ressaltar que alguns alunos vivem em situação de vulnerabilidade social.

Ao longo de todo este percurso, a escola sempre buscou construir coletivamente projetos que atendessem aos estudantes em suas necessidades educacionais e pessoais. Neste sentido, a transversalidade é uma forma muito comum de trabalho na escola, pois entende-se que o modo como as aulas são distribuídas, a organização do tempo e o trabalho em equipe é um diferencial nesta instituição.

No plano de ação, além do grupo de professores, os alunos da turma 312 também foram sujeitos do trabalho. Ela é composta por 25 alunos que cursam o 1º ano do 3º ciclo, estando matriculados 7 meninos e 18 meninas, na faixa etária de 12 e 13 anos. A mesma possui uma aluna da educação especial, diagnosticada com a Síndrome de Angelman¹⁰. Para elaborar a descrição da sala, usou-se as fichas de matrícula dos alunos e constatou-se no campo de autodeclaração que 12 denominaram-se pardos, 9 brancos e 4 negros. Essa informação levou à percepção da importância de se trabalhar a África, a condição dos afrodescendentes no Brasil e o sentimento de pertencimento.

No geral, os alunos apresentam um bom desempenho nas atividades dentro de sala e extraclasse e gostam de participar de atividades que envolvam dinâmicas e rodas de conversa. Essa característica foi imprescindível para o desenvolvimento do projeto que, em vários momentos, demandou a participação deles nas

10 A síndrome de Angelman tem origem genética e causa graves disfunções cerebrais e motoras. Pessoas afetadas por esta síndrome apresentam um atraso global no desenvolvimento intelectual e psicomotor com uma quase ausência de linguagem, problemas de equilíbrio e epilepsia.

discussões acerca das temáticas que envolvem a Lei 10.639/03.

Sobre o comportamento da turma, conversam bastante no momento das aulas e é sempre necessário a intervenção do professor, que quando o faz, obedecem. Um fator importante que interferiu na escolha da turma 312 são os conflitos que ocorrem entre eles, principalmente àqueles relacionados ao preconceito. Através das experiências proporcionadas pelo projeto, foi possível identificar a oportunidade de trabalhar a construção de relações étnico-raciais pautadas no respeito e na equidade. No quesito das avaliações e, conseqüentemente, das notas, a turma apresenta um bom desempenho, onde mais de 80% dos alunos estão acima da média exigida.

A metodologia descrita a seguir foi trabalhada em consonância com os objetivos do projeto, que são, principalmente, identificar os desafios da aplicação da Lei 10.639/03 e apresentar propostas para sua efetivação na escola. Ele foi desenvolvido com dois grupos separadamente, com os professores e com os alunos da turma 312.

O trabalho com os docentes foi dividido em dois momentos, o primeiro com a aplicação de um questionário¹¹ e o segundo com a realização do grupo focal. O questionário foi aplicado na escola para 9 professores¹² da Equipe 2 (Matemática, Língua Portuguesa, Ciências, Geografia, Artes, Inglês, Educação Especial, Literatura e Educação Física), entre os dias 20 de maio a 24 de maio de 2019, nos horários de projetos.

O questionário apresenta quatro perguntas acerca da lei: a primeira sobre o tempo que o docente atua na instituição, a segunda com o objetivo saber se a lei é conhecida por eles, a terceira se referindo aos desafios da aplicação da mesma e a última sobre a importância de conhecê-la e aplicá-la. Posteriormente foram realizadas duas reuniões, nos dias 26 de junho e 11 de julho, onde foi utilizada a técnica do grupo focal. Segundo Gatti (2012), o grupo focal privilegia a participação de pessoas que possuem algumas características em comum e que tenham vivências com o tema discutido. A escolha por essa metodologia de trabalho não foi aleatória, pois permitiu a exposição mais ampla de ideias pelos professores, que não seria possível aplicando apenas o questionário.

11 Ver apêndice.

12 A referência aos professores que participaram foi feita a partir da disciplina que lecionam na escola.

Com os discentes foi desenvolvido um projeto sobre a África pré-colonial, com duração de 2 meses, entre os dias 11 de junho a 26 de agosto, com a finalidade de trabalhar a legislação. Ele foi dividido em seis momentos: inicialmente foi realizada uma conversa sobre o Projeto “África: continente dos grandes reinos e impérios pré-coloniais” e a entrega das autorizações, no segundo momento pesquisaram sobre a Lei 10.639/03 no laboratório de informática, em seguida houve a explicação sobre a história da África pré-colonial onde, após as aulas expositivas, os alunos se reuniram para fazerem o trabalho em grupo, que apresentaram posteriormente e, para finalizar, foi construído um mural na semana da Consciência Negra com o material produzido por eles.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O questionário para os professores foi aplicado antes da realização do grupo focal, com o objetivo de mensurar o que já sabiam sobre a legislação e posteriormente complementar com as informações colhidas através das reuniões. A princípio a ideia era aplicá-lo para todos os docentes do turno da tarde, mas constatou-se que não seria possível realizar encontros com todos, então a opção foi pelos que integram a Equipe 2.

Para conseguir que todos da Equipe 2 participassem, houve uma conversa preliminar, para sensibilizá-los da importância desse instrumento para a realização das discussões e também para o sucesso do plano de ação. Aproveitou-se os módulos de projeto para aplicar o questionário. Deve-se ressaltar que os professores foram solícitos e não apresentaram objeções. As perguntas aplicadas em sua maioria foram abertas, para deixá-los livres em suas respostas, evitando assim limitá-los ao colocar alternativas fechadas. As perguntas e a posição dos 9 docentes¹³ que preencheram o questionário se encontram nas tabelas abaixo:

Quadro 1 – Questão 1

1. Qual disciplina leciona na escola? Há quanto tempo?	
Disciplina	Tempo
AEE ¹⁴	2 anos
Arte	15 anos
Ciências	23 anos
Educação Física	6 anos
Geografia	10 anos
Inglês	12 anos
Língua Portuguesa	6 anos
Literatura	2 meses
Matemática	1 ano

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

¹³ Os professores foram identificados conforme o conteúdo que lecionam.

¹⁴ Atendimento Educacional Especializado.

Quadro 2 – Questão 2

2. Você conhece a Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas ?

Professor	SIM	NÃO
AEE		X
Arte	X	
Ciências		X
Educação Física	X	
Geografia	X	
Inglês	X	
Língua Portuguesa	X	
Literatura		X
Matemática	X	

2.1 Se a resposta for afirmativa: você já aplicou a lei em algum momento na escola? De que maneira?

Arte	Participou de projetos interdisciplinares, nos quais os alunos produziram atividades de cunho artístico.
Educação Física	Ensaiou com os alunos apresentações artísticas, principalmente a dança, como o Jongo.
Geografia	Participou de projetos interdisciplinares e fez uso do livro didático.
Inglês	Participou de projetos interdisciplinares.
Língua Portuguesa	Desenvolveu leitura de livros com a temática, literatura de autores negros e também construiu junto com os alunos um dicionário com palavras de matriz africana no Português.
Matemática	Na escola em estudo ainda não desenvolveu, mas citou um trabalho que fez na rede estadual, no qual, discutiu e analisou com os discentes gráficos e tabelas sobre a população negra brasileira.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Quadro 3 – Questão 3

3. No caso de você conhecer a lei, a que atribui os desafios da aplicação da mesma?	
Arte	Preconceito acerca da cultura africana.
Geografia	Não vê dificuldades em aplicá-la em seu conteúdo.
Inglês	Despreparo dos docentes para lidarem com a temática.
Língua Portuguesa	Falta de formação dos professores a respeito do assunto. Preconceito da comunidade em relação à cultura da África, principalmente à sua religião.
Matemática	Excesso de cobranças para aplicação de conteúdos cobrados nas avaliações externas, que geralmente são mais conteudista. Pouco tempo para o planejamento das aulas, pois trabalhar a lei demanda estudo e pesquisa.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Quadro 4 – Questão 4

4. Na sua opinião, qual a importância de se dar visibilidade para a Lei 10.639/03 na escola e aplicá-la?	
Arte	Valorizar a história e cultura de origem africana levará grande parcela das pessoas à sua própria valorização e reconhecimento. Dar visibilidade e aplicar a lei é descortinar um novo horizonte para as crianças e jovens que desconhecem sua importância na História e na cultura do nosso Brasil.
Educação Física	Trabalhar a autoestima dos alunos.
Geografia	Conhecer a contribuição dos povos africanos na construção do Brasil. Além de reconhecer que também somos africanos, combatendo o preconceito.
Inglês	Garantir o aprendizado da cultura e história africana.
Língua Portuguesa	Conhecer nossa origem e raízes, combatendo o racismo e preconceito tão presente em nossa sociedade.
Literatura	Cumprir a lei já que é um direito.

Matemática	Conscientizar das diversas dificuldades sociais enfrentadas pela população negra brasileira, assim como das contribuições dos africanos para a constituição do povo brasileiro.
------------	---

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Com a aplicação do questionário constatou-se que a maioria dos professores tem conhecimento da legislação e a aplicam no seu fazer pedagógico, como por exemplo, produzindo atividades de cunho artístico e incentivando a leitura de obras que abordem a temática.

Os três docentes que declararam desconhecer a Lei 10.639/03, elencaram alguns motivos, destacando a falta de divulgação do seu conteúdo. Infelizmente, após 16 anos da aprovação, ainda existem profissionais que não conhecem este dispositivo legal tão importante para resgatar a história e a cultura da África, continente cuja trajetória está intrínseca à do Brasil.

Questionados acerca dos desafios para a aplicação da lei, o preconceito, o despreparo e a cobrança externa por conteúdos foram alguns pontos citados. Isso demonstra como a escola, apesar de ser um espaço de convergência das relações étnico-raciais, construção e difusão do saber, enfrenta dificuldades para desempenhar seu papel que, dentre outros, é a criação de estratégias pedagógicas para a valorização da diversidade e a ampliação do conhecimento.

A última pergunta do questionário abordou a importância de sua aplicação e a maioria, inclusive uma docente que afirmou desconhecer-la, responderam que o estudo da história africana e da cultura afro-brasileira desconstrói a visão negativa reproduzida socialmente acerca do continente e conseqüentemente auxilia na valorização e resgate da autoestima dos alunos afrodescendentes, combate o racismo e aponta a contribuição da África na construção histórica do Brasil. Isso demonstra que os professores acreditam que a efetivação da lei no ambiente escolar pode, para além do conhecimento acadêmico, auxiliar na construção de uma sociedade na qual a diversidade étnico-racial não é vista como algo negativo, mas sim valoriza suas diferenças.

No segundo momento do plano de ação realizado com os professores foram feitas reuniões, na qual, utilizou-se a estratégia do grupo focal. Para desenvolver esta etapa, houve participação da Coordenação Geral e Pedagógica, para as quais

solicitou-se que disponibilizassem um encontro com Equipe 2 para discutir sobre a Lei 10.639/03. Na escola existe uma organização interna que possibilita uma reunião com duração de uma hora toda semana com o corpo docente de cada equipe. Para isso são contratados oficinairos que trabalham com os alunos teatro, grafite, música e expressão corporal. Não foi possível cederem um horário inteiro, porém ficou acordado, inicialmente, um tempo de 20 minutos em 3 momentos com os professores.

No dia 26 de junho ocorreu o primeiro grupo focal na sala dos professores, onde participaram os docentes das áreas de Língua Portuguesa, Educação Física, Geografia, Matemática, Artes, Ciências e a Coordenação Geral e Pedagógica, com a mediação do grupo focal pela pesquisadora. Como prevê essa técnica “o mediador deverá fazer encaminhamentos quanto ao tema e fazer intervenções que facilitem as trocas, como também procurar manter os objetivos de trabalho do grupo” (GATTI, 2012, p. 9). Nessa reunião contou-se com o apoio de uma observadora, neste caso uma auxiliar de apoio ao educando, que no dia estava sem o aluno que normalmente acompanha.

Para iniciar as discussões, exibiu-se um trecho de 12 minutos do Programa Extra Classe, com o tema “Desafios no ensino da história afro-brasileira¹⁵”, produzido no ano de 2017. A reportagem aborda as dificuldades que a escola e os professores enfrentam para trabalharem a história da África e a cultura afro-brasileira e também mostra exemplos de instituições municipais belo-horizontinas que conseguiram realizar ações voltadas para a aplicação da lei.

Após a exibição do fragmento da reportagem, os participantes do grupo começaram a se posicionar acerca do tema. A Coordenadora Geral e Pedagógica¹⁶ disse que o estudo da história da África e da cultura afro-brasileira se faz necessária, pois grande parte da população do país é composta de afrodescendentes. Também defendeu que trabalhar a lei não deve se resumir a um projeto no ano ou uma semana no mês de novembro, mas sim algo a ser visto sempre nas aulas, mesmo que o material didático seja deficitário em relação ao assunto, levando o professor a uma posição de pesquisador.

A professora de Geografia afirmou que é um desafio muito grande trabalhar a

15 PROGRAMA EXTRA CLASSE. Desafios no ensino da história afro-brasileira. 2017. Disponível em: <www.sinprominas.org.br>. Acesso em: 18 abr. 2019.

16 Identificação a partir do cargo que ocupa na escola.

Lei 10.639, pois muitos alunos têm dificuldade de se reconhecerem negros, já que, na maioria das vezes, os africanos e os afrodescendentes são retratados pelos livros e os meios de comunicação de forma negativa, reduzindo a imagem deles como escravos, pobres, subdesenvolvidos e derrotados. Salienta também que o ensino é muito eurocêntrico, favorecendo a construção dessa imagem.

[...] as pessoas tem essa dificuldade de se reconhecerem negras, porque como se você estivesse reconhecendo o negativo. Ai eu acho que isso tem que mudar essa mentalidade assim mesmo, até a questão religiosa que tem isso também. A questão do material didático, a questão dos modismos, a moda é sempre europeia. E quando tem é exótico. A africana sempre exótica, então é um desafio gente (M.F., 2019) ¹⁷.

A Coordenadora Geral e Pedagógica defendeu que a escola vem buscando implementar a Lei 10.639/03, reconhecendo que isso acontece ainda de forma lenta e pontual, e expressou sua preocupação em relação ao preconceito dos pais, pois muitos podem se sentir incomodados em trabalhar a África, principalmente em relação à religião. Com a mesma perspectiva, as docentes de Língua Portuguesa e Geografia se manifestaram dizendo que tocar na questão das religiões de matriz africana é algo muito delicado e pode acarretar problemas com os pais, pois muitos são evangélicos. Neste momento, a pesquisadora interveio e citou o exemplo do trabalho que estava desenvolvendo com a turma do 7º ano sobre os reinos e impérios africanos pré-coloniais. Reforçou que nele não tocou na questão religiosa, mas salientou que isso deverá ser desmistificado e trabalhado com os alunos, para que o preconceito seja combatido, tanto da parte deles como dos responsáveis.

A professora de Matemática reiterou que um dos empecilhos, além da falta de material, é a visão distorcida que se tem da África. É resumir o estudo à cultura africana e se esquecer da condição do negro no Brasil. Relatou que já fez uma pesquisa com seus alunos da escola estadual na qual leciona sobre a posição dos negros em várias vertentes, como nos esportes, na política, no meio artístico e no sistema carcerário, levando-os a refletirem sobre a grande desigualdade social que este grupo enfrenta no Brasil.

Finalizou-se o primeiro encontro em 25 minutos, incluindo a reportagem e as discussões. Foi solicitado aos componentes que refletissem sobre os desafios que a escola precisa ainda vencer para que a efetivação da Lei 10.639/03 seja ampla na

17 Iniciais do nome da professora de Geografia.

escola. Analisando o resultado do primeiro grupo focal, constatou-se que a falta de material, a visão negativa da África e, conseqüentemente, do negro, o preconceito, inclusive o religioso, e os conteúdos que são, em sua maioria, eurocêntricos, foram elencados pelos participantes como dificultadores. Com relação ao preconceito religioso, de fato é um tema polêmico, mas a escola não pode se esquivar de trabalhar acerca dele. Talvez demande mais tempo para que a comunidade escolar esteja preparada para discuti-lo. O desejo de trabalhar a Lei 10.639/03 em suas múltiplas possibilidades, inevitavelmente esbarra na questão religiosa.

Alguns docentes apontaram que o tema não deve ser tratado como “turista” no currículo escolar, ou seja, aparecer apenas em alguns momentos ou em datas específicas. O professor precisa pesquisar para conseguir relacionar com mais frequência os conteúdos com a temática da África, da cultura afro-brasileira e das relações étnico-raciais. Tais colocações são importantes, pois demonstram que muitos docentes tem consciência de que trabalhar a legislação é muito mais do que ler um capítulo do livro ou fazer uma apresentação na Semana da Consciência Negra. São necessárias práticas efetivas para combater o racismo e valorizar as diferenças étnico-raciais.

No grupo focal ficou explícito que a maioria defende que trabalha a lei, mas pelas falas de alguns, ficou claro que ainda é algo pontual, muitas vezes individualizado e tímido, e que se faz necessário explorar ainda mais a temática, torná-la uma prática cotidiana e interdisciplinar. Deve-se ressaltar que a observadora do grupo focal identificou que, do total de 8 participantes, 5 se envolveram e 3 ficaram como ouvintes. Relatou também que haviam professores mexendo no celular e navegando em redes sociais enquanto a conversa acontecia. Este fato é um indício que a relevância desse tema e de sua discussão no seio escolar ainda não está muito clara para alguns docentes.

Infelizmente, na reunião do dia 3 de julho, não foi possível dar prosseguimento às discussões, pois a direção e a coordenação priorizaram a organização da festa junina, que aconteceu na mesma semana, no dia 6 de julho. O segundo encontro do grupo focal aconteceu então no dia 10 de julho, na sala dos professores. Nele estavam presentes os professores de Arte, Educação Física, Geografia, Língua Portuguesa, Matemática 1 e Matemática 2¹⁸, Coordenação da

18 Matemática 2 se refere a uma professora que retornou à escola após 6 anos na Secretaria de Educação. Na instituição ela está trabalhando com os alunos literatura relacionada à matemática.

Escola Integrada e Coordenação Geral e Pedagógica. Como no primeiro encontro, a pesquisadora atuou como mediadora, mas não se conseguiu nenhum observador, já que a auxiliar de apoio ao educando que ajudou no dia 26 de junho não foi autorizada pela direção a participar do encontro.

A reunião teve início lembrando um pouco da conversa ocorrida no último encontro. Mencionou-se o vídeo, as dificuldades para aplicação da legislação citada, como o preconceito, a visão negativa construída acerca da África e da cultura africana. A pergunta colocada buscou conhecer se existiam outros desafios e como a escola poderia se posicionar frente a eles.

A professora de Geografia disse que o corpo docente necessita de formações para se munir de conhecimentos e estratégias ao trabalhar na perspectiva da Lei 10.639/03 e que a escola deve se responsabilizar em proporcionar tais momentos. Também afirmou que nem todas as disciplinas possuem um viés para o assunto e que o próprio documento das Diretrizes Curriculares para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana¹⁹ destaca que o estudo da história da África e da cultura africana deverá ser desenvolvido, principalmente, nos conteúdos de História, Geografia, Arte e Literatura, conforme especificado no trecho abaixo:

“O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a educação das relações étnico-raciais, tal como explicita o presente parecer, se desenvolverão no cotidiano das escolas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, como conteúdo de disciplinas, particularmente, Educação Artística, Literatura e História do Brasil, sem prejuízo das demais, em atividades curriculares ou não, trabalhos em salas de aula, nos laboratórios de ciências e de informática, na utilização de sala de leitura, biblioteca, brinquedoteca, áreas de recreação, quadra de esportes e outros ambientes escolares.” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, Parecer CNE/CP 3/2004, 2004, p. 21).

A Coordenadora Geral e Pedagógica se posicionou que, mesmo as diretrizes destacando que o conteúdo necessita ser trabalhado por determinadas disciplinas, ele não isenta as outras. A temática deve ser de responsabilidade de todos, já que não se está apenas transmitindo matéria, mas sim combatendo, através do

19 O Parecer do CNE/CP 03/2004 aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas. Este documento detalha os direitos e as obrigações dos entes federados ante a implementação da lei. Apresenta um conjunto de dispositivos legais considerados como indutores de uma política educacional voltada para a afirmação da diversidade cultural e da concretização de uma educação das relações étnico-raciais nas escolas.

conhecimento, o preconceito e construindo uma sociedade mais igualitária.

Acerca das formações, a professora de Matemática 2 reiterou a importância delas e destacou que o trabalho deve começar primeiramente com os profissionais da escola, ou seja, que os docentes necessitam ter bem claro o seu próprio pertencimento e sensibilidade para compreender a importância desse trabalho para construção de uma identidade afirmativa nos alunos.

E toda essa discussão da identidade do aluno, você só dá conta de ajudar o aluno se perceber como negro e até mesmo às vezes como pardo, se você tem esse olhar também de sensibilidade para essa situação. (...) Quando é colocando a importância da formação do professor, ela é essencial nessa questão. Querendo ou não a gente reproduz o que está aí no censo comum. Os nossos valores, a nossa criação ela é ainda muito arraigada. O racismo no Brasil como nós estamos vendo aí no contexto político, negado como se ele não existisse. E quando você não vai trabalhando essas questões no grupo é difícil a pessoa conseguir inserir (C. 2019) ²⁰.

Dentro da discussão acerca das formações, foi sugerido pela Coordenadora Geral e Pedagógica que a escola enviasse um representante para participar das formações disponibilizadas pelo Núcleo de Estudos para as Relações Étnico-Raciais na Educação²¹, já que a instituição participou desse grupo anos atrás, mas que atualmente não tem um profissional atuante. Ressaltou também que nesses encontros seria possível identificar pessoas que pudessem comparecer à escola e trabalhar com os docentes a temática. O nome da pesquisadora foi indicado por eles, argumentando que, como está promovendo a discussão e reflexão, seria a pessoa mais preparada. A coordenação informou que iria entrar em contato com o órgão responsável e que daria posteriormente uma posição acerca dos encontros.

A falta de material foi citada novamente como um empecilho para aplicação da lei, pois o livro didático, conforme afirmou a docente de Geografia, é o principal instrumento usado em sala de aula. A maioria concordou, mas também destacou que, na ausência de tal suporte, o professor deve exercer a função de pesquisador e que na escola existe um acervo bom de livros sobre o assunto.

Dentro das possibilidades da ampliação da implementação da Lei 10.639/03, foi sugerido que o resultado dos grupos focais e do plano de ação desenvolvido

²⁰ Inicial do primeiro nome da professora de Matemática 2.

²¹ O Núcleo de Estudos para as Relações Étnico-Raciais na Educação é um projeto da Secretaria de Educação da Prefeitura de Belo Horizonte e visa, principalmente, a formação e articulação dos profissionais da educação (professores, coordenadores, gestores, bibliotecários, equipe da Escola Integrada e auxiliares de apoio a inclusão) na implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08.

nesta pesquisa fosse apresentado à comunidade escolar e que fizesse parte do PPP da escola, pois neste ano de 2019, estão ocorrendo discussões para a reelaboração desse importante documento. A Coordenadora da Escola Integrada se referiu ao PPP como sendo a “espinha dorsal” da escola, sendo assim, para que haja um trabalho efetivo da legislação é necessário que as sugestões estejam presentes no documento. Os profissionais presentes concordaram com a colocação e acrescentaram que dessa forma se ampliaria a discussão acerca do tema e facilitaria sua execução.

Durante a conversa, novamente a maioria dos docentes reiteraram que trabalham com a lei, através de projetos, mas concordaram que são ações pontuais e que é necessário torná-las parte do cotidiano da escola, seja nas aulas e ou nas relações étnico-raciais, que muitas vezes são pautadas por conflitos. A professora de Geografia então propôs que os trabalhos desenvolvidos dentro da perspectiva da Lei 10.639/03 sejam registrados e que ocorra na escola um momento de culminância na Semana da Consciência Negra. Todos concordaram, mas a Coordenadora Geral e Pedagógica enfatizou que as ações não podem ser resumidas apenas nessa semana e sim no dia a dia com os alunos.

Esse grupo focal terminou com a leitura da reportagem “Identidade negra e racismo”²², da Revista Nova Escola. No planejamento deste encontro, a leitura iria acontecer no início, justamente para fomentar a conversa, porém infelizmente não foi possível, pois a funcionária responsável pelo xerox havia se esquecido de reproduzir as cópias solicitadas com antecedência e, estando a máquina ocupada, só foi possível entregá-las no final da discussão.

Após a leitura em voz alta do texto realizada pela pesquisadora, foi perguntado se alguém tinha mais alguma colocação. Os professores disseram que não era necessário, pois a discussão anterior havia sido enriquecedora e não precisava se alongar mais, devido a outros assuntos na pauta da reunião. Diante da posição da maioria, encerrou-se o encontro sob o compromisso de que, após a análise dos grupos focais, as informações colhidas seriam passadas em uma nova reunião pedagógica. Foram utilizados 30 minutos para a realização deste grupo focal.

22 REVISTA NOVA ESCOLA. Identidade negra e racismo. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/arquivo/africa-brasil/identidade-negra.shtml>>. Acesso em: 11 mai. 2019. Ver anexo.

Analisando o segundo grupo, observou-se que os participantes elencaram estratégias para ampliar as possibilidades da aplicação da legislação no âmbito escolar, como, por exemplo, o investimento nas formações dos docentes e a inserção da temática da História da África e cultura afro-brasileira no PPP da escola.

As formações são necessárias, pois permitem conhecer e compartilhar práticas pedagógicas exitosas, e dentro da perspectiva da Lei 10.639/03, auxiliariam a ampliar o repertório acerca do tema e a discutir formas de aplicá-la, buscando assim, na prática com os alunos, a superação da imagem negativa da África, o fortalecimento de afirmação da identidade afro-brasileira, a construção de relações étnico-raciais respeitadas e o combate ao racismo.

É interessante notar que os professores estão dispostos a participar das formações voltadas à temática. A escola disponibilizou a liberação de um professor para participar dos encontros do Núcleo de Estudos para as Relações Étnico Raciais na Educação, o que demonstra a preocupação da instituição em aperfeiçoar sua prática e fomentar ações voltadas à construção de um saber imbricado com o mundo em sua volta.

A sugestão da inclusão da temática história da África e cultura afro-brasileira no PPP da escola foi uma surpresa. Este apontamento por parte dos docentes mostra mais uma vez que a escola está comprometida em ampliar, de fato, as possibilidades de aplicabilidade da legislação. Sendo assim, no mês de abril deste ano de 2019, aconteceram as primeiras discussões acerca da reelaboração do documento e no ano de 2020 ocorrerão novas conversas, para enfim elaborar o texto final. Em um desses momentos haverá um espaço para defender a inclusão do tema no PPP da escola.

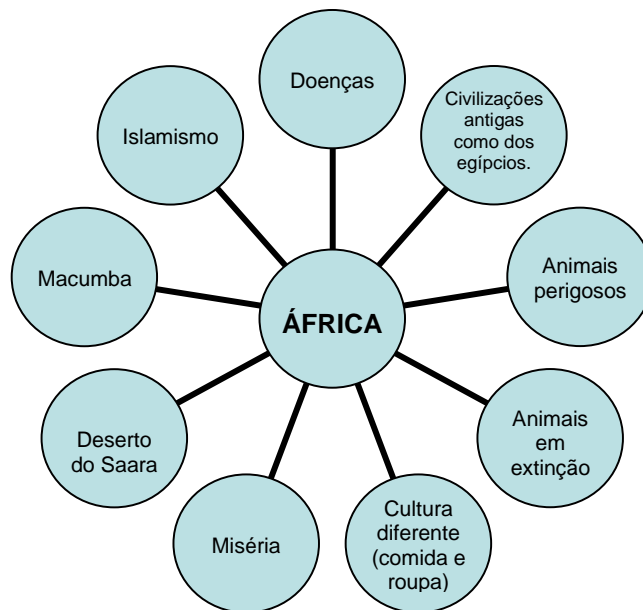
Nesta reunião, mais uma vez, os docentes reafirmaram que trabalham com a lei em sua disciplina e que não se poderia dizer que não é aplicada na escola, mas reconheceram novamente que é necessário dar mais visibilidade às práticas, tornando-as mais presentes no dia a dia escolar. Dentro desta perspectiva foi sugerido que as práticas fossem trabalhadas durante o ano inteiro e registradas, culminando na Semana da Consciência Negra. Diante dessa colocação, solicitaram à pesquisadora que um mural com o trabalho desenvolvido pelos alunos fosse montado durante essa semana.

Com os alunos da turma 312 decidiu-se trabalhar a África pré-colonial, antes da chegada dos europeus, pois, infelizmente, a maior parte do tempo a história do

continente é estudada sob o viés da escravidão ou da expansão do neocolonialismo. Ao apresentar a riqueza dos impérios e reinos que ali existiram, acreditava-se estar contribuindo para a construção de uma visão positiva da África e dos afrodescendentes. Sendo assim, “o estudo da História da África fortalece a identidade afro-brasileira e rompe com o racismo” (PANTOJA, 2004, p. 18). Um dos objetivos do projeto era justamente romper com o racismo citado pela autora. A turma 312 tem um histórico de bullying e preconceito muito grande entre os discentes, a ponto de a coordenação ter que intervir com eles várias vezes durante o ano.

O trabalho iniciou no dia 11 de junho, com a seguinte pergunta: “Vocês já ouviram falar ou leram sobre o continente africano?”. A maioria levantou a mão, sinalizando que conheciam e apenas a aluna Vitória²³ não se manifestou. Solicitou-se que falassem em poucas palavras o que sabiam. Neste momento, registrou-se no quadro a palavra ÁFRICA em caixa alta, anotando em torno dela o que os alunos diziam. No início, ocorreu um tumulto, pois muitos queriam participar ao mesmo tempo, porém, após algumas interferências, combinados foram estabelecidos, como respeitar a vez do outro. As falas foram organizadas no quadro da seguinte forma:

Figura 1 – Percepção inicial sobre a África



Fonte: Elaborada pela autora (2019).

23 Nome fictício dado à aluna com a Síndrome de Angelman.

Após a escrita, solicitou-se aos alunos que lessem e observassem o que estava escrito. A aluna Beatriz²⁴ exclamou: “Nossa! Só tem coisa ruim sobre a África!”. A pesquisadora aproveitou-se das falas para discutir porque a maioria das palavras sobre o continente eram pejorativa. Alguns disseram que eram o que viam na televisão, liam na internet ou ouviam algum adulto falar. Foi esclarecido aos discentes da turma 312, que o projeto “África: continente dos grandes reinos e impérios pré-coloniais” tinha como um dos principais objetivos mostrar que a África é um continente com uma história riquíssima e que não se resume ao imaginário negativo construído acerca dele.

A primeira aula terminou, explicando-se que o processo e o resultado do trabalho iria compor o projeto de pós-graduação da pesquisadora, por essa razão, seria necessário que levassem um termo para os pais, os autorizando participar. Neste dia todos os alunos estavam presentes e receberam o documento.

No dia 12 de junho, os alunos foram conduzidos para o laboratório de informática e a atividade proposta foi a realização de uma pesquisa sobre a Lei 10.639/03. Neste dia estavam presentes 22 alunos e 3 haviam faltado, inclusive a aluna Vitória. Os alunos demoraram praticamente o horário inteiro para realizar a tarefa, por isso a discussão planejada foi transferida para a aula seguinte.

Na sexta-feira, dia 14 de junho, a turma estava completa e a maioria dos alunos apresentou a pesquisa. Foi solicitado que alguns lessem os seus registros e, a medida que a leitura ia transcorrendo, outros iam complementando as informações. O interesse era saber se conseguiriam associar o conteúdo da legislação com a proposta de trabalho do projeto. Olívia respondeu que a Lei 10.639/03 tornava obrigatório o ensino da história da África, por isso eles iriam aprender sobre isso. Para aprofundar a discussão, colocou-se a questão de que se seria apenas esse o motivo de se trabalhar a temática e se não teria outro. Neste instante, Caio disse que era importante aprender a história do continente, pois eles não sabiam muito e por isso, na aula de terça-feira, só apontaram expressões negativas.

Diante do exposto, foram colocados vários motivos que justificam o estudo da história da África, como, por exemplo, a contribuição dos africanos na formação do Brasil, de que o país possui uma grande quantidade de afrodescendentes que

24 Os nomes dos alunos foram trocados por nomes fictícios.

desconhecem a história de suas raízes e também para mostrar a riqueza do continente, opondo-se assim à visão negativa que o censo comum insiste em propagar.

Na aula do dia 19 de junho, foram exibidos dois vídeos. O primeiro foi “A África antes do século XV”²⁵, que demonstrava a importância de se aprender sobre o continente devido a sua história está atrelada à do Brasil, e o segundo, “África na Escola Lei 10.639”²⁶, que mostra algumas manifestações artísticas e culturais de origem africana no Brasil. Durante a exibição dos vídeos ocorreram problemas com a aparelhagem de som, que não estava funcionando direito, e também com as conversas paralelas. Após intervenção, trocando o som e alertando a turma sobre o comportamento, reiniciou-se o primeiro vídeo. Durante o segundo vídeo, alguns alunos ficaram rindo e reproduzindo as danças mostradas nas imagens e em um determinado momento Ricardo gritou: “Credo! Misericórdia!”, quando uma mãe de santo apareceu na filmagem.

Após os vídeos, houve o questionamento sobre o motivo do comportamento de alguns ao rirem e imitarem as danças. Eles disseram que acharam a música africana engraçada, como também as danças. O aluno que gritou, foi indagado sobre sua motivação. A princípio, ficou calado, depois disse que achava o conteúdo “brutal” e não quis mais se aprofundar no assunto. A explicação seguiu sobre o Império do Mali, sobre os Bantos e o Reino de Gana.

Na sexta-feira, dia 21 de junho, com a sala completa, prosseguiu-se a explicação sobre os reinos e impérios pré-coloniais, como os Iorubás. Utilizou-se como recurso slides com imagens para ilustrar o que era exposto. Houve uma maior participação dos alunos, lendo, observando e comentando as imagens. Aproveitando o envolvimento deles com o assunto, foi feita a pergunta sobre o estranhamento que lhes causava alguns aspectos da cultura africana, principalmente a religiosa. Olívia disse que aprendeu que as religiões africanas eram malignas e que era “coisa de macumba”. Ricardo reforçou o comentário da colega ao se referir à cultura africana como “demoníaca”. Foi dito que a sociedade está acostumada com uma visão eurocêntrica da história, ou seja, a maioria do conteúdo que temos vem de uma

25 NOVO TELECURSO. A África antes do século XV. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hSDhPrMz7IQ>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

26 SOUSA, Luísa Andrade de. África na escola Lei 10.639. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9EgXH-GpgFE>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

visão europeia, do homem branco e cristão, além disso, foi ressaltado que o fato de ser diferente não desqualifica ninguém. Uma parte da aula foi dedicada somente à discussão sobre o preconceito e como ele permeia as nossas relações étnico-raciais.

Nos dias 24 e 25 de junho, na presença de todos os alunos, foram passadas as orientações do trabalho²⁷ que deveriam realizar em grupos. O conteúdo do trabalho se refere ao Reino de Axum, Império do Zimbábue, os lorubás, a presença da arte lorubá no Brasil, como também a encenação e ilustração em quadrinhos do conto africano “O Chefe Serpente”²⁸. A divisão dos grupos ficou a cargo dos alunos, que utilizaram como critério a habilidade e o interesse por cada assunto. Constituíram agrupamentos com 4 componentes.

Entre os dias 28 de junho a 10 de julho, foram disponibilizadas 4 aulas (28/6, 2/7, 3/7, 10/7) para a elaboração das tarefas. A orientação foi para que realizassem a atividade na escola, evitando desse modo possíveis conflitos com os pais, que já manifestaram o descontentamento com trabalhos em grupos nos quais os filhos têm que ir à casa dos colegas, alegando principalmente o medo da violência. Nestes encontros, os alunos responsáveis pelos temas Reino de Axum, Império do Zimbábue, lorubás e a presença da arte lorubá no Brasil, dividiram as tarefas, reuniram as informações pesquisadas e elaboraram os cartazes. Já aqueles que estavam envolvidos com a ilustração e a encenação teatral do conto “O Chefe Serpente”, estudaram o conto, dividiram os papéis, ensaiaram, elaboraram o figurino e o cenário.

Na realização do trabalho vários espaços da escola foram utilizados, como a biblioteca, o pátio, o refeitório e a própria sala de aula da turma, tudo isso sob a supervisão da pesquisadora, orientando, tirando as dúvidas e presenciando os ensaios. Nesses momentos ocorreram conflitos, já que alguns alunos não cumpriam com suas obrigações, comprometendo o resultado final. Em conversa com eles era explicado que trabalho em equipe requer mesmo paciência e compromisso. A aluna Vitória, não participou do trabalho em grupo, porém nestes dias ouviu músicas africanas, teve contato com instrumentos musicais, como o chocalho e assistiu ao

27 O roteiro do trabalho encontra-se no Apêndice A.

28 MANDELA, Nelson. O Chefe Serpente. In: _____. **Meus contos africanos**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 29-32. Ver anexo.

filme “Kiriku e a Feiticeira”²⁹.

Após o retorno do recesso escolar de julho, com todos os presentes, usaram o dia 7 de agosto para ensaiarem e finalizarem o trabalho e em 9 de agosto iniciaram as apresentações dos mesmos. Os grupos sobre o Reino de Axum, Império do Zimbábue, os lorubás e a presença da arte lorubá no Brasil mostraram para a turma os resultados das pesquisas. Todos os componentes estavam presentes.

A maioria conseguiu falar de forma simples e espontânea sobre o tema, enquanto outros tiveram que ler e contar com a ajuda dos colegas. Todos utilizaram cartazes como recurso metodológico. A turma prestou atenção, não houve problemas com conversas paralelas e as apresentações transcorreram tranquilamente.

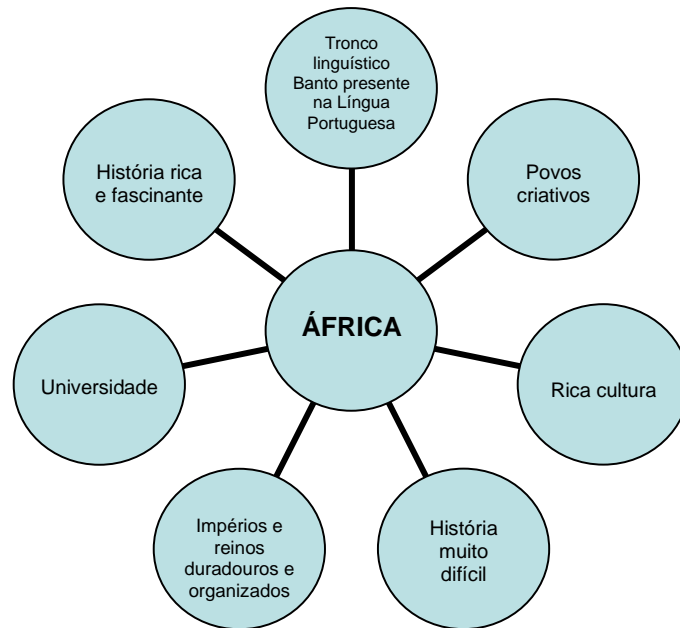
Já no dia 13 de agosto foi a vez dos grupos que ilustraram e encenaram o conto africano “O chefe serpente”, apresentarem-se. O teatro aconteceu na sala de aula da turma, pois a aluna Vitória usa cadeira de rodas, o que dificulta seu acesso ao auditório da escola, situado no segundo andar do refeitório, sem rampa ou elevador. Foram organizadas as mesas em forma de meia lua e o cenário foi montado na frente do quadro. Ele era constituído por árvores confeccionadas com papelão, enquanto que as roupas e os adornos foram adaptados.

O conto foi apresentado pelo grupo da ilustração, que afixou os cartazes e contaram a história. Durante a exibição do teatro, os atores encenaram de forma espontânea e criativa. O processo de montagem, caracterização, apresentação e encenação aconteceram durante o todo o horário da aula, ficando a conversa de encerramento do projeto para a aula posterior. Neste dia especificamente, os alunos estavam um pouco agitados, o que é natural, considerando a dinâmica da aula. A aluna Vitória permaneceu atenta ao que se passava em sala.

O encerramento do projeto “África: continente dos grandes reinos e impérios pré-coloniais” ocorreu no dia 14 de agosto, abrindo espaço para que os alunos refletissem e dissessem o que achavam do continente africano após a realização do trabalho. Para o registro, utilizou-se a mesma metodologia do início do projeto.

29 KIRIKU e a Feiticeira. Direção e Roteiro: Michel Ocelot. França/Bélgica Luxemburgo. 1998. DVD (74 min), son., color. Legendado. Port. O filme “Kiriku e a Feiticeira” relata a história de um menino que ao saber que a vila onde mora na África está sendo ameaçada por um ser maligno resolve enfrentá-lo.

Figura 2 - Percepção final sobre a África



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Posteriormente, foi conversado acerca dos motivos que os levaram a mudarem de opinião sobre a África. Para isso, o quadro com o esquema feito no dia 11 de junho foi retomado e contraposto com o atual. A maioria afirmou que o fato de aprenderem a história, participarem da pesquisa e assistirem aos vídeos os auxiliou a ampliar seus conhecimentos. Para finalizar, os alunos fizeram registros com suas impressões acerca do Projeto.

Corroborando com as falas registradas no esquema, alguns alunos afirmaram que a execução do trabalho realizado os auxiliou a enxergar o continente de uma forma diferente do que pensavam no início. Eis alguns dos depoimentos:

“Eu gostei muito do projeto, pois me fez enxergar melhor a África e desconstruir a ideia de que a África é um continente pobre” (Cristine).

“Eu achei que o projeto África foi bem legal e divertido. Gostei muito de conhecer as culturas, o passado, a história, a religião, como surgiu as coisas, as línguas e as comidas” (Giulia).

“O projeto foi interessante, pois me ajudou a ver e entender a África de outro modo, não só os pontos negativos. Devo explicar para as pessoas o que realmente é a África. Amei o projeto!” (Olivia).

Outros salientaram a importância do conhecimento sobre o continente

africano, porém, destacaram a dificuldade da compreensão do conteúdo e a escassez de informações sobre os temas do projeto:

“Eu achei o projeto bem interessante, pois aprendi coisas que nunca passaram pela minha cabeça sobre a África. A África não é um continente pobre e sim riquíssimo, então eu gostei bastante. Só é um pouco difícil, mas bem legal” (Raul).

“Eu achei o projeto legal e interessante. Mas, para falar a verdade, um pouco difícil de entender a matéria” (Luís).

No início do trabalho desenvolvido com os alunos, as falas acerca da África, em sua maioria negativas, foram marcantes, pois reproduziam um imaginário socialmente construído sobre o continente.

Nos filmes, nas histórias em quadrinhos, nos seriados de TV e nos romances, a África é sempre um continente misterioso e mágico, onde são possíveis todas as aventuras. A imagem que nos transmitem diariamente os jornais e os noticiários de rádio e televisão é outra: a de uma parte do mundo assolada por secas, fomes, epidemias, guerras e tiranos. (SILVA, 2008, p.11).

A partir daquela vivência, foi possível perceber que há uma boa razão para o estudo da história da África, pois ela está associada à necessidade de se desconstruir essa visão distorcida acerca do continente, refletir sobre os estereótipos e construir uma percepção mais positiva da África e dos afrodescendentes.

A exibição dos vídeos nas aulas demonstrou, através das atitudes e das falas dos alunos, como o racismo e o preconceito estão latentes na sociedade e como foi e é desafiador lidar com essas questões tão delicadas. É necessário se discutir e levar os alunos a pensarem sobre suas relações, posições e valores, mostrando que o diferente é apenas diferente e isso não o desqualifica e que deve-se enxergar nas diferenças a riqueza e a oportunidade de aprender mais, ampliando a visão de mundo.

A todo o momento, por meio da problematização do assunto com os alunos, lançando perguntas que visavam produzir reflexão, buscava-se, para além do mero conhecimento sobre a Lei 10.639/03 e o processo histórico dos reinos e impérios pré-coloniais, a compreensão da sua importância e como seu conteúdo perpassa aspectos da vida cotidiana, como por exemplo, o pertencimento racial e as relações étnico-raciais.

Ao iniciar a explicação teórica sobre a história de alguns reinos e impérios africanos anteriores à colonização europeia, constata-se que os alunos tiveram dificuldade para compreender o conteúdo, verificada a partir do comportamento apático de alguns, que geralmente são participativos, e de certos comentários sobre o assunto. Isso se deve principalmente à falta de informações coerentes sobre o continente nos livros didáticos, nas aulas e nos meios de comunicação. Infelizmente a África é retratada sob a ótica da escravidão, mostrando um estereótipo de negro passivo e sofredor, por isso, ao mostrar uma África viva e rica econômica e culturalmente, os alunos estranharam, pois a imagem que tinham era totalmente diferente daquela apresentada durante as aulas expositivas.

O trabalho em grupo foi bem interessante. Inicialmente, pela forma como os alunos receberam o roteiro, muitos ficaram animados com a possibilidade de aprofundar seus conhecimentos sobre o assunto e também como ocorreu a composição dos grupos e a distribuição dos temas. Os alunos foram se agrupando voluntariamente, conforme seu interesse e aptidão, não ocorrendo conflitos que são comuns neste momento. As etapas de pesquisa, ensaios, confecção dos materiais e as apresentações se estenderam por várias semanas, onde os alunos se interessaram e produziram melhor quando saíram do local habitual de sala de aula e exploraram outros lugares. A própria relação deles com o ambiente mudou, pois passaram a se apropriar de espaços que outrora eram vistos como “exclusivos” para determinadas práticas e grupos.

É necessário reconhecer que nem todo o processo do trabalho foi permeado por paz e tranquilidade. Ocorreram momentos de conflitos entre os componentes dos grupos, indisposição de alguns profissionais da escola que reclamaram do barulho e que não concordavam que determinados locais eram apropriados para esse tipo de atividade.

A inclusão da aluna Vitória no projeto também foi muito desafiadora, já que não foi possível colocá-la para elaborar o trabalho junto com os outros alunos, devido às limitações impostas pela Síndrome de Angelman. Diante desta situação procurou-se, juntamente com sua auxiliar e o professor do AEE, desenvolver atividades que ela pudesse desempenhar e que fossem adequadas às suas necessidades. Não foi possível mensurar o seu aprendizado, mas pode-se observar que ela interagiu com os objetos e se mostrou atenta, na medida do possível, às músicas e ao filme. Tais percepções puderam posteriormente ser confirmadas pela

auxiliar que a acompanha.

Durante o projeto, as relações entre os alunos melhoraram e as discussões envolvendo preconceito e racismo diminuíram. É possível que, ao terem contato com a riqueza da história da África, discutirem temas envolvendo a valorização da diversidade, questionarem as relações étnico-raciais baseadas em preconceitos que desqualificam os negros e salientam os estereótipos depreciativos e participarem do processo do desenvolvimento do plano de ação, fizeram com os estudantes, em sua maioria, refletissem e buscassem firmar relações mais respeitadas entre si.

Com relação ao encerramento do projeto, o *feedback* que os alunos deram acerca do que aprenderam e as experiências que vivenciaram durante o desenrolar do trabalho foi positivo. Contrapondo as falas iniciais com as finais, é possível afirmar que os momentos de conhecimento, reflexão e discussão proporcionados foram primordiais para a desconstrução de uma imagem negativa e o início da construção de uma visão mais positiva da história africana e, conseqüentemente, do afrodescendente. A educação é, sem dúvida, um dos principais instrumentos de garantia do direito à cidadania. Dentro desta perspectiva, o estudo da história da África fortalece a identidade racial e pode contribuir para romper com o racismo tão presente na sociedade brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto desenvolvido tinha como principal foco identificar os desafios existentes para a aplicação da Lei 10.639/03 e elencar alternativas para sua implementação. A partir destes objetivos, aplicou-se questionários e realizou-se reuniões com os professores, enquanto que, com os alunos, o intuito foi trabalhar dentro da perspectiva da legislação por meio de atividades em torno do projeto “África: continente dos grandes reinos e impérios pré-coloniais”.

A partir do levantamento das respostas do questionário e das discussões com os professores, usando a metodologia do grupo focal, foi possível perceber que a maioria reconheceu a importância de se trabalhar a Lei 10.639/03 em suas múltiplas possibilidades e ainda que, para além do conhecimento sobre o processo histórico, é possível através desta perspectiva fomentar ações afirmativas que visem a construção de relações étnico-raciais respeitadas, o combate do racismo e do preconceito. Alguns desafios foram apontados nestes encontros com os docentes, como por exemplo, a dificuldade de se quebrar a imagem negativa e distorcida que se atribuí à África e aos afrodescendentes e o preconceito com relação à cultura africana, principalmente em torno da questão religiosa.

Para a aplicação efetiva da legislação, foi proposto que o professor assuma o papel de pesquisador, ou seja, que ele seja capaz de produzir materiais para suas aulas, já que o existente é insuficiente e não abarca todas as disciplinas. Surgiu a necessidade de disponibilizar formação para os docentes sobre a temática, bem como frisar a importância de se trabalhar sempre na perspectiva da lei em todos os conteúdos, registrando que as ações sejam realizadas. Por fim, surgiu a sugestão durante o grupo focal de que a temática sobre a história da África e da cultura afro-brasileira faça parte do PPP da instituição.

Deve-se ressaltar que no início do projeto acreditava-se que a instituição trabalhava muito pouco dentro da legislação, mas foi possível perceber, através do questionário e do grupo focal realizado, certo equívoco nesse sentido, pois existem ações significativas sendo feitas pelos profissionais, ainda que de forma restrita e individualizada, embora haja na mesma escola professores que não conhecem a lei e suas diretrizes ou mantêm um conhecimento superficial sobre as mesmas. É necessário que estas ações sejam amplamente difundidas no ambiente escolar e que ocorram durante todo ano, além de se estabelecer um trabalho interdisciplinar

que reúna todas as disciplinas.

A partir do projeto realizado com os alunos foi possível perceber que se trabalhar a história da África para além da dimensão da escravidão contribui muito para a desconstrução do imaginário negativo acerca do continente e para a construção de uma visão positiva sobre a África e os afrodescendentes. Isso é tão importante quanto conduzir os discentes a refletirem sobre seu pertencimento étnico-racial fomentando ações que visam combater o racismo.

Sendo assim, não basta somente a lei e sua regulamentação, o sucesso das políticas afirmativas, como a da Lei 10.639/03, só serão possíveis com engajamento dos vários atores sociais envolvidos no processo, além das condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 10.639, de 9 de jan. de 2003. Altera a Lei 9.394, de 20 de dez. de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 18 set. 2019.

BRASIL. Lei 11.645/08, de 10 de mar. de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**, Brasília 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm>. Acesso em: 18 set. 2019.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dez. de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 18 set. 2019.

FELISBERTO, Fernanda. A África na sala de aula: recuperando a identidade afro-brasileira na História e na Literatura. *In*: GOMES, Nilma Lino. **Tempos de lutas: as Ações Afirmativas no contexto brasileiro**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006, p. 69-79.

GATTI, Bernardete A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Liber Livro, 2012.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v.10, n.18, p. 133-154, abr. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2011v10n18p133>>. Acesso em: 18 set. 2019.

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson de. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. **Educar em Revista**, Curitiba, v.14, n.47, p.19-33, jan./mar. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n47/03.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2019.

LAUREANO, Marisa Antunes. O Ensino de História da África. **Ciências e Letras**, Porto Alegre, n.44, p.333-349, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.fapa.com.br/cienciaseletras>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer nº 3, de 10 de março de 2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf>. Acesso em: 18 set. 2019.

MOORE, Carlos. **A África que incomoda**: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A África, o imaginário ocidental e os livros didáticos - Reflexão de uma pesquisa acerca do ensino de História da África. *In*: ROCHA, Maria José; PANTOJA, Selma. **Rompendo silêncios**: história da África nos currículos da educação básica. Brasília: [s.n.], 2004.

PANTOJA, Selma. A África imaginada e a África real. *In*: ROCHA, Maria José; PANTOJA, Selma. **Rompendo silêncios**: história da África nos currículos da educação básica. Brasília: [s.n.], 2004.

ROCHA, Solange; SILVA, José Antonio Novaes da. À luz da Lei 10.639/03, avanços e desafios: movimentos sociais negros, legislação educacional e experiências pedagógicas. **Revista da ABPN**, v. 5, n. 11, p. 55-82, jul/out. 2013. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/download/189/185/>>. Acesso em 20 set. 2019.

SILVA, Alberto da Costa e. **A África explicada aos meus filhos**. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil africano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2012.

APÊNDICE A - Questionário sobre a Lei 10.639/03**LASEB/ Processos de Aprendizagem e Ensino na Educação Básica****Questionário sobre a Lei 10.639/03**

1. Qual disciplina leciona na escola? Há quanto tempo?

2. Você conhece a Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas?

() Sim () Não

2.1. Se a resposta for afirmativa: você já aplicou a lei em algum momento na escola? De que maneira?

2.2. Caso contrário: a que você atribui o desconhecimento da lei?

3. No caso de você conhecer a lei, a que atribui os desafios da aplicação da mesma?

4. Na sua opinião, qual a importância de se dar visibilidade para a Lei 10.639/03 na escola e aplicá-la?

APÊNDICE B – Roteiro de Trabalho

Roteiro do Trabalho África: continente de grandes reinos e impérios

Instruções:

- Trabalho em grupo (4 componentes).
- Serão distribuídos 5 temas referentes a história da África pré-colonial, um para cada grupo.

1ª Etapa

A professora irá distribuir os temas referentes a história da África.

- Reino de Axum;
- Império do Zimbábue;
- Iorubás;
- Conto africano: “O chefe serpente” (encenação do conto e ilustração);
- A arte de matriz africana no Brasil.

2ª Etapa

Em sala os grupos irão se reunir para a construção do trabalho.

Temas:

- Reino de Axum;
- Império do Zimbábue;
- Iorubás;

Pesquisar a história, localização, economia, sociedade, política, religião e cultura. Deve procurar enfatizar no trabalho a riqueza do império ou reino antes da chegada dos europeus no continente africano.

Produzir dois cartazes com as informações coletadas. Não esqueça que o cartaz deverá conter imagens coloridas, cartolina branca ou amarela, margem de 3 cm, letra grande e legível. Evite erros ortográficos e faça com muito capricho. O grupo irá apresentar para a turma o resultado da pesquisa.

Tema:

- Conto africano: “O chefe serpente” (encenação do conto).

O grupo irá ler o conto africano e elaborar uma encenação. Na apresentação do teatro deverá conter os personagens vestidos a caráter e um cenário.

Tema:

- Conto africano: “O chefe serpente” (ilustração).

O grupo irá ler o conto, resumir e retratar a história em forma de quadrinhos. Os quadrinhos serão feitos em cartolinas brancas e os desenhos deverão ter um tamanho razoável. Não esqueça de caprichar bastante nos desenhos.

Tema:

- A arte de matriz africana lorubá no Brasil.

O grupo irá pesquisar sobre a herança dos lorubás no Brasil, os artistas sugeridos e suas obras. Elaborará cartazes com o resultado da pesquisa, neles deverão constar imagens coloridas. O grupo irá apresentar para a sala o resultado da pesquisa. O grupo da música irá reproduzir trechos das músicas dos artistas selecionados.

3ª Etapa:

Após a apresentação dos trabalhos em sala, os cartazes serão expostos em um grande mural na área da mecanografia. E no dia da inauguração da exposição será reproduzido no recreio músicas de matriz africana lorubá.

ANEXO A – Texto “O Chefe Serpente”

O Chefe Serpente

Nandi era muito pobre. O marido dela estava morto e ela não possuía filhos para pastorear o gado, apenas uma filha para ajudar no campo.

No verão, quando as árvores *umdoni* estavam cheias de flores de cor creme, ela e a filha revolvem a terra a procura de *amadumbe* para comer com mingau de milho. Mas no outono, depois de as flores terem morrido, ela coletava bagas de *umdoni*, doces e roxas, e as oferecia aos seus vizinhos em troca de tiras de carne seca de cabra ou cuia de leite grosso fermentado e cremoso.

Num dia quente, Nandi desceu o rio como sempre para juntar as bagas roxas, mas não conseguiu encontrar nenhuma.

De repente, ela ouviu um assobio alto, um assobio alto e terrível. Olhando para cima, viu uma grande serpente verde-acinzentada girando, contorcendo-se no tronco vermelho de uma árvore, a cabeça pendurada entre os ramos. Ela estava comendo todas as bagas.

- Você está roubando minhas bagas! - ela disse. - Ah, Serpente, você está roubando todas as minhas bagas! O que eu vou ter de trocar pela carne se você ficar com todos os frutos?

A Serpente assobiou novamente e começou a deslizar tronco abaixo. Nandi tinha medo, mas, se fugisse, não sobraria nenhuma baga para ela.

- O que você me dará em troca das bagas? - ela perguntou com sua voz rouca e aguda de serpente. - Se eu encher sua cesta, você me dará sua filha?

- Sim- gritou Nandi. - Eu lhe darei minha filha nesta mesma noite. Apenas deixe-me encher minha cesta com os frutos roxos.

Mas, assim que a cesta estava cheia e Nandi se pôs a caminho de casa, começou a tremer por causa de sua promessa. Como poderia dar sua filha a uma criatura tão feia? Ela precisava se certificar de que a Serpente não descobriria onde ficava o seu lar. Ela não deveria ir diretamente para lá, de modo a impedir que o animal a observasse.

Ela atravessou o rio onde a água corria rasa sobre as rochas e seguiu seu caminho pelos arbustos na outra margem, deslizando silenciosamente entre os espinheiros. Não percebeu que um espinho mais longo rasgou sua saia de lã e que

um pedacinho do tecido ficou preso na planta.

Ela fez seu caminho cuidadosamente e silenciosamente através do canavial, ficando de olho aberto para o Crocodilo, e passou com dificuldade pelo charco. Ela não se deu conta de que houve uma queda, e que uma baga roxa caiu da cesta e ficou flutuando atrás dela na água.

Ela rastejou na direção de um enorme formigueiro. Estando bem atrás dele, não poderia ser vista das árvores de *umdoni*. Mas ela colocou seu pé na entrada da toca secreta de um Rato- d'água. Não notou que deixou para trás três contas da tornozeleira sobre a terra fofa e marrom.

Finalmente, chegou em sua choupana e gritou para sua filha:

- Minha criança, eu fiz um acordo diabólico. Prometi dar você à Serpente como troca por esta cesta de bagas roxas – e rompeu em lágrimas.

Nesse meio tempo, a Serpente havia deslizado árvore abaixo para seguir Nandi. Sua cabeça procurava num lado e no outro, até que viu um pequeno pedaço de tecido no espinheiro e soube para que lado ir.

Sua cabeça virava para um lado e para o outro mais uma vez, até que viu três contas na boca do túnel do Rato- d'água e soube para que lado ir.

No momento em que Nandi rompeu em lágrimas, ouviu-se um alto assobio na entrada da choupana e a Serpente deslizou para dentro, serpenteando seu longo corpo.

- Não! Não! - gritou Nandi. - A promessa não era séria. Não posso dar a você minha filha.

A jovem moça olhou para cima. Seus grandes olhos eram amáveis e não expressavam medo.

- Uma promessa é uma promessa, Mãe – ela disse. - Você certamente deve me dar à Serpente. - Ela estendeu a mão e tocou a cabeça da Serpente. - Venha-ela disse. - Vou pegar alguma comida para você. E foi buscar uma cuia cheia de leite grosso fermentado e cremoso para que o animal bebesse. Então dobrou seu cobertor e fez uma cama para sua senhora, a Serpente.

Durante a noite, Nandi acordou agitada. O que a havia acordado? O leopardo havia tossido? A hiena havia cantado sob a lua? Alguma coisa a havia perturbado. Ela ouviu novamente. Vozes. Ela podia ouvir vozes. Era a voz de sua filha falando. Mas de quem era a outra voz? Aquela voz profunda e forte?

Silenciosamente, ela afastou os cobertores da pele. O que viu? Estaria ainda

dormindo e sonhando? Sentado ao lado de sua filha havia um jovem bonito, alto, marrom e forte. Certamente era o filho de um chefe da tribo, talvez até mesmo um chefe tribal. Sua filha estava fazendo um colar de contas, compondo um padrão multicolorido típico de casamento. E o jovem estava falando gentil e amorosamente com a moça enquanto ela trabalhava.

Nandi olhou para o cobertor dobrado onde a Serpente havia sido colocada para descansar. Sobre ele estava uma pele verde- acinzentada longa e espiralada. Ela a apanhou e atirou-a ao fogo que ainda queimava baixo no meio da choupana.

- Agora a maldição está quebrada- disse o Chefe Serpente. - Porque uma jovem bondosa teve pena de mim e uma insensata senhora queimou minha pele.

Mas apesar das duras palavras, ele sorriu gentilmente para Nandi.

Nandi agora tem três netos: um menino para pastorear o gado nos estepes da África do Sul e duas meninas para ajudar a capinar as ervas daninhas das plantações de milho e para revolver a terra para a plantação de *amadumbe*. Ela não precisava mais colher bagas de *umdoni*, já que há comida suficiente para todos.

ANEXO B – Texto “Identidade negra e racismo”

Identidade negra e racismo

Revista Nova Escola
<https://novaescola.org.br/arquivo/africa-brasil/identidade-negra.shtml>

Valorizar a identidade negra e combater ações de discriminação e preconceito são o primeiro passo para se alcançar uma sociedade racialmente justa

No Brasil, a cor ou raça é autodeclarada: ao responder ao Censo Demográfico ou outras pesquisas, cada um diz se é preto, pardo, branco, amarelo ou indígena. Essa identidade normalmente se relaciona à cor da pele e a outras características físicas, não à ancestralidade. É comum, por exemplo, que um filho de pai ou mãe negra, mas que tem a pele mais clara, se declare branco. Em outros contextos, que não o da pesquisa, assumir a negritude é um ato político: trata-se de tomar para si a história e cultura do grupo, suas raízes, suas lutas.

A escola precisa colocar os alunos em contato com os elementos que formam cada grupo étnico brasileiro, para que eles sejam capazes de compreender a complexidade dessas identidades e, assim, se afirmar não apenas pela cor da pele ou do cabelo, mas também por outros elementos. Apesar de os conteúdos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana contemplarem esse esforço, ações específicas sobre a afirmação de cada identidade devem ser empreendidas nas escolas.

O primeiro passo é valorizar os agentes de todas as etnias, apresentando bons modelos de representações afirmativas. “Não se trata de vitimizar o negro ou tratá-lo como mocinho enquanto o branco seria o vilão. O papel da escola é mostrar essa identidade racial de maneira afirmativa, desligando-a das imagens que predominam nos meios de comunicação”, defende Paola Prandini, fundadora da Afroeducação. Essas imagens são comuns em livros didáticos, que mostram africanos escravizados em situações de constrangimento e humilhação, e as representações de filmes e novelas, em que negros ainda não assumem papéis de destaque.

O professor precisa valorizar personagens negros em diferentes funções

sociais, incorporando artistas, escritores e cientistas africanos e afrodescendentes no planejamento das aulas. Por meio desse contato, os alunos de diferentes raças passam a considerar natural a presença de afro-brasileiros em cargos de chefia ou como importantes pensadores. “Os próprios alunos podem se identificar com essas pessoas e reconhecer que é possível alcançar o sucesso”, defende Martha Abreu, docente da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Racismo em discussão

Durante o século 20, a ideia de que o Brasil era uma nação miscigenada e de que aqui não existia racismo foi amplamente divulgada. É o famoso mito da democracia racial, como explica a socióloga Lilia Schwarcz no livro *O Espetáculo das Raças*. Ainda que muito presente na sociedade, diversas pesquisas e estatísticas já comprovaram as diferenças sociais profundas entre negros e brancos no país. Uma das pesquisas mais célebres sobre o assunto, conduzida por Lilia em 1988, mostrou que, apesar de 97% dos entrevistados dizerem não ser racistas, 98% afirmaram conhecer alguém que fosse. O resultado representa como a sociedade se comporta em relação ao racismo hoje: apesar de reconhecer sua existência, não o considera seu problema.

Na escola, a inclusão no currículo de conteúdos que tratam da história e cultura africana e afro-brasileira é um dos passos para o combate ao racismo, mas essa não pode ser a única ação. Os alunos e o restante da comunidade escolar precisam ser sensibilizados para o tema, de maneira que possam reconhecer o racismo em suas próprias atitudes e mudá-las.

“Devemos ser cuidadosos para não naturalizar ações que podem ser racistas e tratá-las apenas como brincadeira ou desentendimentos naturais”, alerta Martha. Trocas de ofensas, brigas e bullying devem ser tratados com cuidado especial quando envolvem grupos historicamente discriminados, e isso deve estar claro no regimento escolar.

Mais do que lidar com casos isolados ou abordar o tema apenas em datas comemorativas, a rotina da escola deve ter momentos de reflexão sobre o tema. Algumas atividades para esse fim são sugeridas no Guia Metodológico para a Educação das Relações Raciais, organizado pela ONG Ação Educativa. Outra possibilidade é o uso de filmes para organizar as conversas com a comunidade escolar.